

**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

**Processo nº 00200.000022/2025-80**

**Assunto:** Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Registro de Preços. Fornecimento de estações de trabalho e mobiliário acessório para composição dos espaços funcionais. **Valor estimado: R\$ 3.575.631,88.** Item 20250222 do Plano de Contratações. Aprovações e autorizações da Diretoria-Geral e Primeira-Secretaria.

**Senhora Diretora-Geral,**

Trata o presente processo de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para o REGISTRO DE PREÇOS, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado ao fornecimento de estações de trabalho e mobiliário acessório para composição dos espaços funcionais do Senado Federal, ao custo total estimado de **R\$ 3.575.631,88** (três milhões e quinhentos e setenta e cinco mil e seiscentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos), consoante especificações contidas na minuta do referido edital (documento nº 00100.120586/2025-66).

O órgão técnico justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.118082/2025-86), conforme transcrição a seguir:

**1.2. Justificativa para a contratação****1.2.1. Descrição da situação atual e resultados esperados com a contratação**

Essa contratação destina-se ao atendimento das demandas recebidas pela SPATR relativos à montagem e reestruturação dos ambientes funcionais do Senado, especialmente, ao planejamento para o ano de 2025. Também para substituição de mobiliário avariado e/ou irrecuperável em decorrência do desgaste do uso e do tempo.

Em cumprimento ao ATC nº 68/1993 e ao ATC nº 18/1996, os quais tratam do estabelecimento do Plano de Padronização do Mobiliário Funcional do Senado Federal, o Senado instituiu a partir de 2010 o Catálogo de Mobiliário Funcional. Nesse catálogo estão descritos todos os mobiliários a serem utilizados nas áreas funcionais da casa.

Essa padronização do mobiliário trouxe uma série de benefícios operacionais e técnicos na administração dos bens mobiliários, a exemplo da substituição e movimentação de mobília entre os gabinetes e espaços funcionais sem afetar a harmonia e identidade visual. Possibilita também uma manutenção mais rápida e econômica, pois as peças e acessórios podem ser reutilizados. O Catálogo de





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Mobiliário Funcional permite também um ganho de escala nas licitações, uma vez que todas as peças são padronizadas.

Ainda em relação a padronização, destaca-se que desde 2010 o Senado Federal adotou como modelo padrão de mobiliário funcional as chamadas estações de trabalho, que gradativamente substituíram a antiga mobília do órgão.

A princípio, não há motivos para substituição ou modificação dos modelos padronizados de estações de trabalho e mobiliário funcional adotados pelo Senado. Pois, essas estações de trabalho têm suprido de maneira satisfatória a necessidade do Senado Federal, oferecendo conforto e economia a todos os usuários. Além disso, mudanças nos atuais modelos utilizados ensejaria um maior dispêndio financeiro ao Senado no curto e médio prazo, uma vez que haveria necessidade de substituição do modelo antigo.

Pelos motivos apresentados, entende-se que a atual contratação dos modelos padronizados de estações de trabalho e mobiliário funcional do catálogo do Senado é a que melhor atende à Administração, considerando uma perspectiva de custo x benefício.

Outro ponto, optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, dando à Administração flexibilidade para contratar ou não a depender de suas necessidades. Salieta-se que não há excessos nas especificações descritas neste documento, sendo todas relevantes e necessárias para que o Senado Federal adquira um produto de boa qualidade, não constituindo fator de restrição de competitividade, porém atendendo aos padrões mínimos de qualidade.

Por fim, foram indicadas marcas de referência para que a descrição do objeto possa ser mais bem compreendida desta forma, conforme previsão da alínea 'd', inciso I, art. 41, Lei nº 14.133/21.

(...)

Por meio do Ofício nº 481/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.121966/2025-18), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para as seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Patrimônio do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.076333/2025-48, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.118082/2025-86, os quais, se entendidos viáveis, deverão ser aprovados pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Conforme se verifica no item 1.2.2 do Termo de Referência, o órgão técnico demonstrou que os quantitativos a serem contratados foram baseados no levantamento de demandas recebidas, além de demandas não previstas que surgirem.

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.076328/2025-35, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 3.575.631,88**.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento 00100.078432/2025-64, cuja validade é até 02/11/2025.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

O valor estimado da contratação enquadra-se nos limites de competência da Primeira-Secretária, sendo que a autorização para o certame, portanto, na forma do inciso I, art. 7.º do Anexo V do Regulamento Administrativo c/c §2º do art. 90 do ADG nº 14/2022, cabe a essa autoridade.

(...)

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.091313/2025-05, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

(...)

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 425/2025 (NUP 00100.114494/2025-47) analisou os autos e concluiu que observadas as recomendações e indicações do parecer, entendia-se que a minuta de edital poderia ser considerada regular e apta para reger o certame.

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.118082/2025-86.

Cabe ressaltar que, o órgão jurídico fez a seguinte recomendação: *“Em razão da vigência do Decreto nº 11.462/2023 será necessário a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP). O art. 9º1 do referido decreto torna o IRP obrigatório, salvo justificativa específica”*. Dessa forma, cabe à autoridade competente deliberar sobre a questão.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.120586/2025-66 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

(...)

Em seguida, o Senhor Diretor da SADCON opinou previamente pelo seguimento do certame e, para tanto, recomendou autorizar o certame, o termo de referência e a minuta de edital, e designar os gestores.

Em relação à recomendação jurídica relativa à dispensa justificada do procedimento de Intenção de Registro de Preço (IRP), essa temática está expressamente regulamentada no art. 43 do ADG nº 14/2022<sup>1</sup>, que é compatível com a regulamentação do Executivo Federal no Decreto nº 11.462/2023. No caso, se o Senado Federal não tem conhecimento do interesse de outros órgãos para uma compra compartilhada, sendo,

<sup>1</sup> Art. 43. Em caso de licitação eletrônica para registro de preços, quando houver, ao tempo da formulação demanda, conhecimento do interesse de outros órgãos públicos para a realização de compras compartilhadas, a Diretoria-Geral poderá determinar a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), devendo ser observados, nessa hipótese, os procedimentos operacionais do Sistema de Compras do Governo Federal. Parágrafo único. Em caso de não incidência da hipótese de que trata o caput, a SADCON adotará as providências operacionais no Sistema de Compras do Governo Federal para a dispensa do procedimento de IRP, adotando como justificativa o disposto neste artigo. (ADG nº 14/2022)





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

portanto, o único órgão contratante, tipifica-se, assim, a hipótese de dispensa da IRP prevista no parágrafo 1º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

Cabe ressaltar que o prosseguimento do feito está condicionado à deliberação favorável da **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária** quanto à autorização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do art. 7º, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022<sup>2</sup>.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica espousa a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

*(assinado eletronicamente)*

**Kleber Minatogau**  
Assessor Técnico

*(assinado eletronicamente)*

**Tahmineh Maria Shokranian de Mello**  
Gestora do NASC/ATDGER

<sup>2</sup> Art. 7º No âmbito das contratações do Senado Federal, compete ao Primeiro-Secretário:  
I - autorizar a realização de procedimentos licitatórios cujo valor estimado seja igual ou superior a:  
a) R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para obras e serviços de engenharia; e  
b) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para bens e serviços em geral;





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**De acordo.** Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos IV, V, VII e IX, Anexo V, do Regulamento Administrativo, aprovado pelo ATC nº 14/2022, bem como na Lei nº 14.133/2021, passo a decidir:

1. **APROVO** o Termo de Referência (NUP 00100.118082/2025-86), e a minuta de edital (NUP 00100.120586/2025-66), nos termos propostos na presente instrução;
2. **DISPENSO** o procedimento de intenção de registro de preços por ser o Senado Federal o único contratante, nos termos do art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 9º, §2º do Decreto nº 11.462/2023; e
3. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG anexa.

Consoante o art. 7º, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e encaminhem-se os autos à **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, para deliberar quanto à realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

Havendo deliberação favorável ao seguimento do certame, encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 7 de julho de 2025.

(assinatura eletrônica)  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL**

**Nº 3057 de 2025**

**A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do Regulamento Administrativo, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.000022/2025-80**,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a **Coordenação de Administração Patrimonial – COAPAT/SPATR** como órgão gestor do(s) contrato(s) originado(s) do processo em tela;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de julho de 2025.

(assinatura eletrônica)  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral

